



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Abril da União Europeia

1. Para a União Europeia, como para nós portugueses, o mês de Abril é um mês com significado especial. É um Abril de revolução e de evolução. Não, uma coisa sem a outra; não, uma coisa contra a outra; mas, uma coisa por causa da outra.

É o mês apropriado para recordar, por exemplo, um passo de gigante do início da vida da U E. Para recordar uma figura política de gigante que foi um dos seus pais fundadores e para recordar ainda um símbolo da atracção gigantesca em que a ideia da unidade europeia se tornou.

O passo de gigante foi a assinatura, em Paris, do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

O Tratado de Paris foi assinado em 18 de Abril de 1951, fez 53 anos no passado Domingo, e pretendia ter a duração de 50 anos. Durou muito menos como Tratado, mas muito mais como modelo e programa para o futuro da Europa.

A figura política de gigante foi Robert Schuman.

Foi, efectivamente, do chamado Plano Schuman e da acção política ao longo de toda a vida de Robert Schuman - ele próprio se qualificou como "o peregrino da Europa" - que resultou aquele tratado.

Paradoxalmente, o Plano Schuman tem, por antecedente remoto, um fracasso público e, por antecedente próximo, uma falha privada. O fracasso público foi o da Conferência de Moscovo sobre o destino e a reunificação da Alemanha e da Europa do pós-guerra, realizada em 25 de Abril de 1947. A falha privada foi do próprio Robert Schuman, então Ministro dos Negócios Estrangeiros de França.

Recordemos este último singular episódio, nas palavras de um dos biógrafos de Schuman.

"Em Maio de 1950, disse Schuman a um seu colega de governo:

O que seria necessário era constituir qualquer coisa à volta da união franco-alemã, encontrar um sistema no qual não empenhássemos apenas as nossas palavras mas os nossos interesses".



Prossegue o biógrafo:

“Quatro meses depois, em Setembro, o Secretário de Estado Norte Americano e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra encarregam Schuman de elaborar um plano de reintegração da Alemanha Federal na família das nações livres. Este plano deveria ser apresentado em Maio do ano seguinte, numa reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Londres.

Acontece que se chegou a fins de Abril, e Schuman não tinha disposto de tempo para preparar o plano encomendado.

Mesmo assim, como era seu hábito, no Sábado, 29 de Abril, Robert Schuman foi descansar para o seu retiro de Schy-Chazelles. Aconteceu, também, que o seu chefe de gabinete lhe entregou, já na estação onde o fora acompanhar ao combóio que o levaria a Metz, um texto que lhe fora trazido por Jean Monet.

No silêncio e na paz do vale de Mosela, Schuman leu e tomou consciência de que já tinha um documento para apresentar aos seus colegas em Londres. Mas tinha mais, muito mais. Tinha na mão, nem mais nem menos que a Acta do nascimento da Comunidade Europeia.”

2. O próximo mês de Maio, a propósito do dia da Europa, será melhor oportunidade para nos determos em considerações pormenorizadas sobre aquele texto. Por agora, recordemos duas ideias e uma conclusão dele retiradas, relacionadas directamente com o Tratado de Paris de Abril de 1951.

Primeira ideia:

“A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criadores à medida dos perigos que a ameaçam”.

Segunda ideia:

“A Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto. Far-se-á por realizações concretas que criem, antes de tudo, uma solidariedade de facto”.

A conclusão:

“Com este objectivo, propõe-se fazer incidir imediatamente a acção sobre um ponto limitado mas decisivo. A colocação do conjunto da produção franco-alemã de carvão e do aço sob uma Alta Autoridade comum, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa”.

“Assim será realizada, de uma maneira simples e rápida, a fusão de interesses indispensáveis ao estabelecimento de uma comunidade económica e



introduzido o gérmen de uma comunidade mais ampla e mais profunda entre países desde há muito opostos por divisões sangrentas”.

É tendo em conta este horizonte histórico que se compreende que Jean Monet tenha proferido a retumbante afirmação, a propósito da assinatura deste Tratado: “ Os Estados Unidos da Europa acabaram de nascer”.

1. Que os chamados PECO (países da Europa Central e Oriental) tenham vindo a solicitar a sua adesão à União Europeia, durante a década de noventa (A Hungria e a Polónia, por exemplo, fizeram-no em 1 e 8 de Abril de 1994) e estejamos já em cima da data da sua concretização, é claro sinal da atracção da ideia europeia. O símbolo maior desta força será, sem dúvida, o pedido de adesão, já velho de 17 anos, formalizado pela Turquia, em 14 de Abril de 1987, mas que representa uma aspiração turca dos anos 60 e que tem sido testada por um longo tirocínio da Turquia em todas as instituições europeias desde a Nato até à OCDE e ao Conselho da Europa.

Ainda recentemente, durante os trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa, a questão turca voltou a suscitar o velho problema das fronteiras da União Europeia.

Por agora, elas continuam a ser balizadas apenas pelos critérios que datam do Conselho de Copenhaga de 1993. Pode pertencer à União, qualquer país que cumpra três requisitos: Ser democracia e Estado de direito, funcionar como economia de mercado e ter transposto o essencial das normas e regras de direito comunitário para a sua legislação interna.

2. O Abril da União Europeia, do mesmo modo que o nosso, não é feito apenas de passos de gigante. Vive também de pequenos mas sólidos passos de consolidação.

Recordemos, entre outros possíveis, os seguintes:

A data de 8 de Abril de 1965, da assinatura do acordo sobre a fusão dos órgãos executivos das três Comunidades (CECA, CEE e CEEA) e que institui uma Comissão e um Conselho únicos;

A data de 22 de Abril de 1970, com a assinatura, no Luxemburgo, do acordo que prevê o financiamento progressivo das comunidades a partir de recursos próprios e que estabelece o alargamento dos poderes de controlo do Parlamento Europeu;

Finalmente, as datas de 24 de Abril de 1972 e de 3 de Abril de 1973, respectivamente, de criação e de reforço da chamada “Serpente Monetária”, em que os Seis decidem limitar a 2,5% a margem de flutuação das respectivas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

moedas e criar o Fundo de Cooperação Monetária (FECOM). Decisões que prepararam o nascimento do Sistema Monetário Europeu, no final da década de 70.

É tendo em conta estes factos e o seu sentido positivo no processo de construção europeia, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, aprovou um voto de congratulação, em boa, justa e justificada memória dos acontecimentos ocorridos no mês de Abril e atrás relembrados.

Aprovado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, em 20 de Abril de 2004.

Presidente da Assembleia Legislativa
Regional dos Açores,

Fernando Manuel Machado Menezes